



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2026**  
**Processo Administrativo n.º 050/2026**

Torna-se público que o(a) Município de Japaraíba, por meio do(a) Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

**Início de recebimento da Proposta:** 27/04/2026 as 08:00 horas.

**Data da sessão:** 30/04/2026

**Horário da Fase de Lances:** Das 08:00 às 14:00 horas.

**Plataforma:** Licitanet

**Endereço Eletrônico da Plataforma:** <https://licitanet.com.br/>

**Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO - GLOBAL realizada em único item/lote

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de coordenação e consultoria para obtenção do ICMS de Turismo (referente aos trabalhos do ano base 2026 a serem comprovados no ano de 2027),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

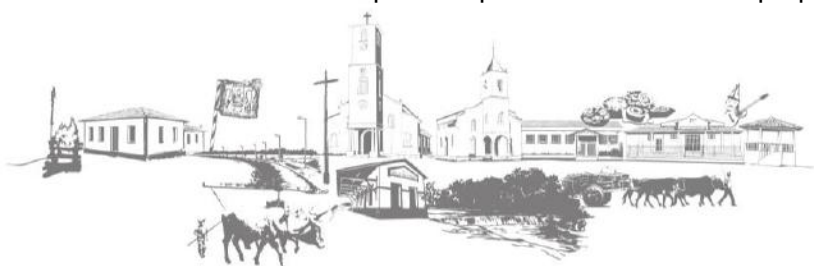
**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

**2.1 - Poderão participar dessa dispensa qualquer empresa que atendam as condições do Aviso de Dispensa (Competição ampla).**

**2.2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.**

**2.2.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma utilizada para acesso ao sistema e operacionalização.**

**2.2.2. Caso seja adotado o Sistema de Compras do Governo Federal, os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



2.2.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.2.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:**

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso,



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GOVERNO 2025/2028



3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.8.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.8.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)[A1]



RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GOVERNO 2025/2028



**[A1] Nota Explicativa:** Caso o fornecedor assinale o campo "não" na declaração relativa ao subitem acima, não fará jus ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que se trate de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.9. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Fica facultado ao fornecedor, desde que possível tecnicamente na plataforma ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, caso a plataforma permita esta função.

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



4.2.1. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento adotado no preâmbulo deste aviso.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um real).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.3.1 - na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, conforme regulamento adotado, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Consultar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento.

**Nota explicativa:** Caso não esteja disponível no PNCP a consulta prevista no item 6.2.1, poderá ser realizada a consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, a qual abrange também o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítals quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado:

a - da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

b - da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**Nota Explicativa:** A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensão, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**Aviso de Contratação Direta.**

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.**

**7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o Termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, de acordo com o Art. 95 da Lei Federal 14133/2021.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou retirar o documento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para retirada do documento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. Quando o termo de Contrato for substituído por outro instrumento hábil, o aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implicará no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.3.4 - O prazo de vigência da contratação previsto no termo de referência começará a contar a partir da emissão da nota de empenho.

7.4. Para retirada do documento equivalente será exigida a comprovação das condições de



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

## **8. SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor ou o contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;*
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;*
- i. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
  - j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;*
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;*
- L. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

**8.2. O fornecedor ou contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**a) Advertência** no caso da falta prevista na alínea "a" deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b) Multa:**

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.1. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h" a "L" do subitem 8.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 8.1, de 10% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 8.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" a "g" do subitem 8.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 8.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**c) Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "L", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

**8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

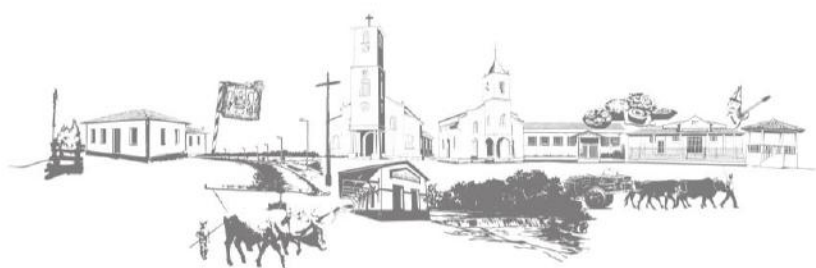
8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no(a) **Licitanet e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico de realização da Dispensa Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Termo de referência;

9.13.2. ANEXO I DO TR - Estimativa de Despesa;

9.13.3. ANEXO II – Minuta da Proposta;

9.13.4. ANEXO III - Minuta de contrato

Japaraíba, 06/04/2026.

---

**Mariane Beatriz Fernandes**  
Agente de Contratação



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO**

1.1 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de coordenação e consultoria para obtenção do ICMS de Turismo (referente aos trabalhos do ano base 2026 a serem comprovados no ano de 2027), conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

**2 - DA PADRONIZAÇÃO**

2.1 - A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

2.1.1 A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

2.2 - A padronização da solução tem por objetivo estabelecer critérios mínimos técnicos, metodológicos e operacionais para a prestação dos serviços de coordenação e consultoria voltados à manutenção e obtenção da pontuação do Município no Programa ICMS Turismo do Estado de Minas Gerais, referente ao ano-base 2026, com comprovação no exercício de 2027.

2.3 - A adoção de parâmetros padronizados visa assegurar uniformidade na execução dos serviços, qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos e conformidade com as exigências estabelecidas pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT/MG, órgão responsável pela avaliação e pontuação dos municípios no programa.

**2.4 - Padronização Metodológica dos Serviços**

2.4.1 - Os serviços deverão seguir metodologia padronizada de acompanhamento técnico e consultivo, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

I - diagnóstico da situação atual do Município no ICMS Turismo, incluindo análise documental e verificação do atendimento aos critérios exigidos pela legislação estadual;



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



II - orientação técnica à Administração Municipal quanto às ações necessárias para manutenção ou melhoria da pontuação no programa;

III - coordenação e acompanhamento das atividades relacionadas à política municipal de turismo, garantindo aderência aos requisitos estabelecidos pelo programa estadual;

IV - organização, atualização e consolidação da documentação comprobatória exigida para fins de pontuação;

V - acompanhamento do envio das informações e documentos aos sistemas e plataformas oficiais, conforme cronograma definido pelo Estado.

#### 2.4.2 Padronização dos Produtos e Entregas Técnicas

2.4.2.1 Para garantir a qualidade e rastreabilidade das atividades desenvolvidas, a contratada deverá produzir e disponibilizar, no mínimo, os seguintes produtos técnicos:

I - relatórios técnicos periódicos de acompanhamento das atividades;

II - orientação e apoio técnico à manutenção ou atualização da política municipal de turismo, quando necessário;

III - suporte técnico à organização e funcionamento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), quando aplicável;

IV - apoio técnico à manutenção ou atualização do Plano Municipal de Turismo, conforme exigências do programa;

V - consolidação da documentação comprobatória necessária para o envio ao órgão estadual competente.

#### Padronização da Execução dos Serviços



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



2.4.3 A execução dos serviços deverá observar os seguintes padrões operacionais:

I - acompanhamento contínuo das atividades relacionadas ao ICMS Turismo durante o período de vigência contratual;

II - atendimento às demandas da Administração Municipal por meio de reuniões técnicas, orientações e suporte especializado;

III - observância das normas, resoluções e orientações emitidas pelos órgãos estaduais responsáveis pela gestão do programa;

IV - prestação de suporte técnico à equipe municipal responsável pelas políticas públicas de turismo.

**Fiscalização e Controle**

2.4.4 A execução dos serviços será acompanhada por servidor designado pela Administração Municipal, responsável por:

I - verificar o cumprimento das atividades previstas no contrato;

II - acompanhar a entrega dos produtos técnicos;

III - registrar eventuais ocorrências e avaliar o desempenho da contratada.

2.4.5 A padronização estabelecida busca garantir qualidade técnica, organização metodológica e conformidade com as exigências do Programa ICMS Turismo, assegurando que o Município mantenha condições adequadas para obtenção da pontuação e consequente repasse de recursos financeiros provenientes do ICMS Turístico.

2.4.6 Dessa forma, a padronização contribui para maior eficiência administrativa, transparência na execução dos serviços e fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento do turismo municipal.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



### **3 - DA NATUREZA DO OBJETO**

3.1 - O(s) serviço(s) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns).

### **4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	Prestação de serviço para a elaboração e consultoria para Turismo	Serviço	12

Os serviços deverão ocorrer conforme a Gestão da Secretaria requisitante, respeitar prazos e legislações vigentes, bem como, o cronograma de atividades definidos pela Administração Municipal. Os relatórios deverão obedecer padrões de normas cultas e ABNT's, os acessos aos sites do Governo Estadual e Federal deverão obrigatoriamente serem compartilhados com o Gestor do Contrato. A contratada deverá encaminhar via digital e física de toda e qualquer documentação produzida a partir do presente processo licitatório.

### **5 - PRAZO DE VIGÊNCIA**

5.1 - O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

#### **5.2 - Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço**

5.2.1 - No caso em tela, a contratação tem natureza continuada por se tratar de serviço que visa atender necessidade pública de forma permanente e contínua, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, atividades estas que estão voltadas ao funcionamento das rotinas administrativas e operacionais deste órgão.

5.2.2 - Os serviços a serem contratados enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.2.3. Ressalta-se que prestação do serviço pretendida não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**(ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

6.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do documento de formalização de demanda.

**7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

7.1 - As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este(s) setor(es) demandante(s), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

7.2 - Segue abaixo a descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e da especificação do objeto:

**7.3 Descrição Geral da Solução:**

a) A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de coordenação, acompanhamento e consultoria para manutenção e obtenção da pontuação do Município no Programa ICMS Turismo do Estado de Minas Gerais, referente às atividades desenvolvidas no ano-base 2026, com comprovação no exercício de 2027.

b) Os serviços têm como objetivo prestar suporte técnico à Administração Municipal na organização, acompanhamento e consolidação das ações, documentos e requisitos exigidos pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT/MG) para habilitação e pontuação no referido programa estadual.

c) A contratação visa assegurar que o Município atenda aos critérios estabelecidos pela legislação estadual, evitando perda de pontuação e garantindo o acesso aos recursos financeiros provenientes da repartição do ICMS Turismo.

**7.4 Ciclo de Vida da Solução**

a) Para fins de planejamento e execução do objeto, considera-se que o ciclo de vida da solução compreende as seguintes etapas:



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**III) Diagnóstico e Planejamento Técnico**

a) Inicialmente será realizada análise técnica da situação do Município em relação aos critérios do Programa ICMS Turismo, contemplando:

b) avaliação da documentação existente;

c) verificação do atendimento às exigências legais e normativas do programa;

d) identificação de eventuais pendências ou necessidades de adequação.

7.4.1 Com base nesse diagnóstico, será elaborado planejamento das ações necessárias para atendimento integral aos requisitos exigidos.

**7.5 Coordenação e Acompanhamento das Atividades**

7.5.1 Nesta etapa, a empresa contratada prestará consultoria técnica contínua à Administração Municipal, auxiliando na implementação e acompanhamento das ações relacionadas à política municipal de turismo.

**7.6 As atividades incluem:**

I) orientação técnica à equipe municipal responsável pela área de turismo;

II) acompanhamento das ações exigidas pelo programa estadual;

III) apoio na organização e funcionamento das instâncias de governança do turismo municipal;

IV) acompanhamento das atividades previstas no Plano Municipal de Turismo, quando aplicável.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



## 7.7 Organização e Consolidação da Documentação

7.7.1 A contratada prestará apoio técnico na organização, atualização e consolidação da documentação exigida para comprovação das atividades desenvolvidas pelo Município, conforme critérios estabelecidos pela legislação estadual.

## 7.8 Essa etapa inclui:

- I) organização dos documentos comprobatórios;
- II) elaboração ou revisão de relatórios técnicos;
- III) adequação documental às exigências do programa;
- IV) orientação para correta formalização das ações municipais relacionadas ao turismo.

## 7.9 Preparação e Envio da Documentação ao Órgão Estadual

7.9.1 A empresa contratada prestará suporte técnico à Administração Municipal no processo de envio das informações e documentos aos sistemas ou plataformas oficiais do Governo do Estado, observando os prazos e critérios estabelecidos pela SECULT/MG.

## 7.9.2 Essa etapa inclui:

- I) conferência da documentação;
- II) validação das informações a serem enviadas;
- III) acompanhamento do protocolo e tramitação das informações junto ao órgão competente.

## 7.10 Acompanhamento e Suporte Técnico



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



7.10.1 Durante todo o período contratual, a empresa deverá prestar suporte técnico contínuo à Administração Municipal, auxiliando na resolução de dúvidas, atualização de documentos e adequação às eventuais alterações normativas relacionadas ao Programa ICMS Turismo.

7.10.2 Especificação dos Serviços

7.10.3 Os serviços técnicos a serem prestados deverão contemplar, no mínimo:

I - diagnóstico da situação do Município no Programa ICMS Turismo;

II - consultoria técnica especializada na gestão da política municipal de turismo;

III - orientação técnica quanto ao atendimento dos critérios exigidos pela legislação estadual;

IV - apoio na organização e manutenção da documentação exigida para pontuação no programa;

V - elaboração ou revisão de relatórios técnicos e documentos comprobatórios;

VI - acompanhamento do envio das informações aos sistemas ou plataformas do Governo do Estado;

VII - suporte técnico à equipe municipal responsável pela área de turismo.

**Adequação da Solução às Necessidades da Administração**

7.11 A solução proposta mostra-se adequada às necessidades da Administração Municipal, uma vez que possibilita apoio técnico especializado na gestão da política pública de turismo, garantindo maior segurança na organização das informações e no cumprimento das exigências estabelecidas pelo Programa ICMS Turismo.

7.12 Além disso, a contratação contribui para reduzir riscos de perda de pontuação e de recursos



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



financeiros, fortalecendo as ações de desenvolvimento turístico e a capacidade institucional do Município na gestão dessa política pública.

## **8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

8.1 - Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratada no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

### **8.2 - Sustentabilidade**

8.2.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

8.2.1.1 - Observar os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, com destaque:

- a) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- d) redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;
- c) utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;
- d) observação das normas do INMETRO;
- e) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- f) fornecer e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os seus empregados e equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da ABNT e Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

### **8.3 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

8.3.1 - Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

### **8.4 - Da vedação de utilização de marca/produto**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



8.4.1 - Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

## **8.5 - Subcontratação**

8.5.1 - NÃO será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **8.6 - Garantia da contratação**

8.6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **9.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

9.1.1 - O prazo de execução do(s) serviços(s) começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante.

9.1.2 - Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

9.1.2.1 - Os serviços serão prestados no seguinte endereço Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 41, centro Japaraíba-MG

9.1.2.2. - O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

9.1.2.3. - Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar suporte técnico para correção de eventuais inconsistências, complementação de informações ou adequações documentais relacionadas aos serviços prestados, sempre que solicitado pela Administração, especialmente nos casos de diligências ou solicitações de esclarecimentos por parte dos órgãos estaduais responsáveis pela análise do Programa ICMS Turismo.

## **10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



avencadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 - As comunicações entre o Município de Japaraíba e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O Município de Japaraíba poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 - A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**10.6 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.**

## **11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **11.1 - DO RECEBIMENTO**

11.1.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 ).

11.1.1.1 - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.1.2 - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.1.2.1 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



11.1.3 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.1.3.1 - Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.1.3.2 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas, quando for o caso;

11.1.3.3 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.1.3.4 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.1.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.5 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.1.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.1.7 - Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente for exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

11.1.8 - O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra forma simples, quando forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.

## **12 - LIQUIDAÇÃO**

12.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Japaraíba, CNPJ nº 18.306.654/0001-03, situada a Rua Nossa Senhora do Rosário, 29, Centro, Japaraíba.

12.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **13 - PRAZO DE PAGAMENTO**

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

### **14 - FORMA DE PAGAMENTO**

14.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **15 - REAJUSTE**

15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



da data do orçamento estimado.

15.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IGPM acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

## **16 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **16.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

16.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL realizada em único item/lote**.

### **16.2 - Condições de Participação**

16.2.1 - Poderão participar dessa dispensa qualquer empresa que atendam as condições do Aviso de Dispensa (Competição ampla).

16.2.2 Embora se trate de contratação por dispensa de licitação, a Administração opta pela utilização da forma eletrônica, com ampla divulgação do procedimento, visando assegurar a observância dos princípios da isonomia, da competitividade, da transparência e da busca da proposta mais vantajosa.

16.2.3 O objeto da contratação possui natureza técnica especializada, porém amplamente ofertada no mercado, sendo executado por diversas empresas e profissionais que atuam na área de consultoria em gestão pública, turismo e captação de receitas vinculadas ao ICMS Turismo. Dessa forma, não há restrição de fornecedores, o que possibilita a participação de interessados de diferentes regiões.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



16.2.4 A adoção da dispensa eletrônica, com publicação em plataforma digital e abertura para envio de propostas por múltiplos fornecedores, amplia significativamente o alcance da contratação, superando limitações geográficas e incentivando a concorrência, inclusive de microempresas e empresas de pequeno porte.

16.2.5 Ademais, serão estabelecidos critérios objetivos de habilitação e julgamento, compatíveis com o objeto, sem exigências excessivas ou restritivas, de modo a garantir igualdade de condições entre os participantes e evitar direcionamento da contratação.

16.2.6 Ressalta-se que essa sistemática contribui para a obtenção de melhores condições de preço e qualidade, além de promover maior transparência e controle social sobre o processo de contratação pública.

16.2.7 Dessa forma, a realização da dispensa eletrônica com ampla divulgação e participação de fornecedores atende plenamente aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com eficiência, economicidade e respeito ao interesse público.

### **16.3 - Exigências de habilitação**

16.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**16.4 - Habilitação jurídica** (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

16.4.1 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4.2 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4.3 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.4.4 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**16.4.5 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.4.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**16.4.7 - Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**16.4.8 - Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

**16.4.9 - Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física

## **16.5 - Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**16.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

**16.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.5.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.5.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **16.6 - Qualificação Econômico-Financeira**

16.6.1 - Será exigido Qualificação Econômico Financeira, conforme exigência abaixo:

- I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

## **16.7 - Qualificação Técnica**

16.7.1 - Será exigido Qualificação Técnica, conforme exigência abaixo:

- I - Comprovação de aptidão para execução do objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



II - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

III - Atestado de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

IV - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **17 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

17.1 - O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no ANEXO I deste Termo de Referência, tendo sido juntado no processo os preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

## **18 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do(a) Município de Japaraíba.

18.1.1 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unid.	Classificação /Dotação	DR	Ficha	Setor Aplicação
02.11.01	23.695.0016.2156 - 3.3.90.39	2.500	962	Ações de incentivo ao Turismo Municipal

18.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **19 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

19.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.2 - Considera-se licitante todo fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica, participante da presente dispensa de licitação.

19.3 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de Japaraíba, 09/03/2026.

---

**Joelma de Fátima Fernandes Rodrigues**

Secretário(a) Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ESTIMATIVA DE DESPESA**

**Processo nº 050/2026 - Dispensa nº 017/2026**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Prestação de serviço para a elaboração e consultoria para Turismo	Serviço	12	2.125,00	25.500,00

O valor total para contratação do objeto é de R\$ 25.500,00(vinte e cinco mil e quinhentos reais).



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GOVERNO 2025/2028



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**O(A) Município de Japaraíba**, inscrito no CNPJ nº 18.306.654/0001-03, com sede na Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, Centro, Japaraíba, MG, representado(a) pelo(a) Prefeito(a), Exmo(a) Sr(a) Geraldo Alexandre Lopes a seguir denominado **CONTRATANTE** e o(a) empresa/autônomo(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, situada no(a) \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ a seguir denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no **Processo nº 050/2026 - Dispensa nº 017/2026**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de coordenação e consultoria para obtenção do ICMS de Turismo (referente aos trabalhos do ano base 2026 a serem comprovados no ano de 2027)**,, nos termos e condições especificadas no Termo de referência parte integrante e inseparável deste contrato.

**1.2 - Objeto da contratação:**

Item	Especificação	Unid.	Qntd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total

1.3 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de referência, o estudo técnico preliminar, quando elaborado, o aviso da dispensa, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de Licitação.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 - O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do



RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. a. Estar formalmente demonstrado no processo que o objeto tem natureza continuada;
- b. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do contrato;
- c. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- d. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 - As regras de subcontratação, quando for o caso, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 - O valor total da contratação será de **R\$** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme quadro acima.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6 - CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1 - São obrigações do Contratante:**

8.1.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



8.1.9.1 - A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9 - CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

### **9.1 - São obrigações do Contratado:**

9.1.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.1.3 - Alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no aviso de dispensa, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro utilizado pelo(a) Município de Japaraíba, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.10 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo(a) Município de Japaraíba ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.11 - Paralisar, por determinação do(a) Município de Japaraíba, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14 - Submeter previamente, por escrito, ao(a) Município de Japaraíba, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.18 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.19 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.21 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do(a) Município de Japaraíba;

9.1.22 - Se for o caso, realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do(a) Município de Japaraíba ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.1.23 - Ceder ao(a) Município de Japaraíba todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado, que possam impactar no cumprimento das obrigações relacionadas a LGPD.

10.5 - Quando for o caso, terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, quando cabível.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo(a) Município de Japaraíba, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1 - As regras referentes a exigência de garantia contratual da execução encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 - O(a) contratado(a) que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



14.133/2021, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156, observado os procedimentos estabelecidos nos art. 157 e 158 da referida lei.

12.1.1 - As infrações e sanções administrativas encontram-se também definidas em tópico específico do aviso de dispensa.

12.12 O(A) Contratado(a) declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas no aviso da dispensa.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1 - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o(a) Município de Japaraíba, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo(a) Município de Japaraíba nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

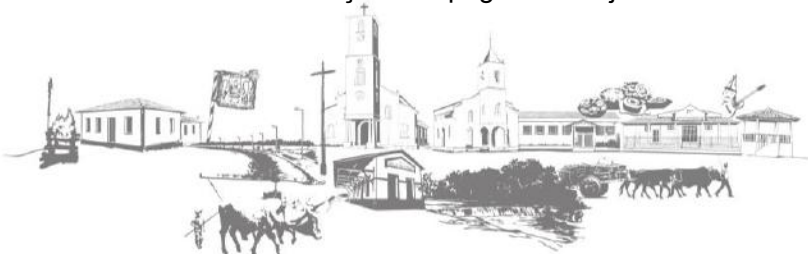
13.5.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**13.6.3 - Indenizações e multas.**

13.7 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Município de Japaraíba, para o exercício atual, na classificação abaixo:

Unid.	Classificação /Dotação	DR	Ficha	Setor Aplicação	Valor
02.11.0 1	23.695.0016.2156 - 3.3.90.39	2.500	962	Ações de incentivo ao Turismo Municipal	25.500,00

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo(a) Município de Japaraíba, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,  
Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG  
CGC - 18.306.654/0001-03  
CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



2021.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 - Incumbirá ao(a) Município de Japaraíba divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, salvo a exceção prevista no inciso III, c/c parágrafo único do art. 176, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em observância ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município da licitante, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Japaraíba, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela assinatura do Contrato  
Cargo do Responsável

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal  
Razão Social da Empresa

**TESTEMUNHAS**

1) **Ass.:** \_\_\_\_\_  
**Ass.:** \_\_\_\_\_

2)

**Nome:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Nome:**

**CPF:** \_\_\_\_\_  
**CPF:** \_\_\_\_\_



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNO 2025/2028**



**RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,**  
**Nº 29, CENTRO, JAPARAÍBA – MG**  
**CGC - 18.306.654/0001-03**  
**CEP 35.580-000 TELEFAX: 37 3354-1112**